Folia de Reis em São João Marcos (RJ): Aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização

Folia de Reis of São João Marcos (RJ): Aspects of a Cultural Identity in a Process of Patrimonialization

Maria Amália Oliveira

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/1791>

DOI: 10.4000/eces.1791

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Maria Amália Oliveira, « Folia de Reis em São João Marcos (RJ): Aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização », *e-cadernos CES* [Online], 21 | 2014, colocado online no dia 01 junho 2014, consultado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1791> ; DOI : 10.4000/eces.1791

FOLIA DE REIS EM SÃO JOÃO MARCOS (RJ): ASPECTOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL EM UM PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

MARIA AMÁLIA OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO, BRASIL

Resumo: No ano de 1939, o conjunto arquitetônico do município de São João Marcos (RJ) foi tombado em nível nacional. Em 1940, o tombamento foi revogado, visando a construção de uma represa de energia elétrica. Foi autorizada a desapropriação dos imóveis, a população foi retirada e todo o conjunto arquitetônico demolido. As terras foram inundadas; todavia, o nível de água da represa não foi mantido e as ruínas do conjunto arquitetônico tornaram-se aparentes. Obrigados a fixar residências em outros pontos, um grupo de moradores manteve a tradição local da Folia de Reis. Na década de 1980, pesquisadores interessados em analisar mudanças sociais decorrentes da construção de uma rodovia na região tomaram conhecimento da Folia, tendo recomendado que a mesma fosse objeto de atenção, por se tratar de uma expressão identitária de uma população alijada de sua terra natal. Em 1990, as ruínas remanescentes da demolição foram tombadas em nível estadual, sendo que esse tombamento guarda forte relação com a memória estabelecida por ocasião da demolição.

Palavras-chave: Folia de Reis, memória, identidade, patrimônio, São João Marcos.

FOLIA DE REIS OF SÃO JOÃO MARCOS (RJ): ASPECTS OF A CULTURAL IDENTITY IN A PROCESS OF PATRIMONIALIZATION

Abstract: In 1939, the architectural ensemble of the city of São João Marcos (RJ) was listed on the National Register. In 1940, the tipping was revoked, aiming at the construction of a power dam. The expropriation of property was authorized, the population was removed, and the entire architectural complex was demolished. The lands were flooded; however, the water level of the dam lowered and the ruins of the architectural ensemble became visible. Required to settle down elsewhere, a group of residents kept the local tradition of Folia de Reis. In the 1980s, researchers interested in analyzing social changes resulting from the construction of a highway in the region learned of Folia and recommended that it should be looked into, as the identity expression of a population kept away from their homeland. In 1990, the remaining ruins were listed on the State Register, and this process of tipping is strongly connected with the memory of the demolition.

Keywords: Folia de Reis, memory, identity, heritage, São João Marcos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho ocupa-se da descrição do processo de patrimonialização das ruínas do centro urbano do extinto município de São João Marcos (RJ/Brasil), analisando o papel que a festa de Folia de Reis deteve na construção de uma memória coletiva que deu sentido ao referido processo.

A reflexão aqui exposta tem como base pesquisas realizadas por ocasião de meu doutoramento e que resultaram em minha tese. Esse estudo revelou que concepções e percepções acerca do patrimônio material de moradores e seus descendentes foram sendo ressignificadas ao longo de um processo social que envolvia as transformações daquele patrimônio em atração turística, sendo que essas ressignificações guardavam íntima relação com contextos sociais e culturais exteriores ao do grupo estudado.

Naquela ocasião cabia pensar sobre a categoria “ruínas”, detendo-me na análise sobre o que faz com que sejam enaltecidas, percebidas como algo de valor social, tendo em vista que os “restos” que materializam essa história são sempre “resquícios” da história que representam. Importava também refletir sobre o modo como as ruínas adquirem um valor social e cultural através da memória coletiva que lhes conferiria sentido. Desta forma, o objeto daquele trabalho foi a reconstrução da biografia cultural das ruínas de São João Marcos (RJ).

Ao me dedicar ao estudo e análise das ruínas da cidade de São João Marcos, muitas outras questões não foram abordadas na referida tese, sendo uma delas as manifestações da cultura imaterial de seus moradores e dos descendentes destes. Assim sendo, retomo dados já coletados e, agregando ao trabalho de campo já realizado, acrescento novas entrevistas realizadas recentemente e especialmente para a presente reflexão.

FOLIA DE REIS: TRADIÇÃO E RELIGIOSIDADE NO FOLCLORE BRASILEIRO

A Folia de Reis também conhecida como reisado, é um folguedo popular do Brasil, festejado em comemoração ao Dia de Reis e cuja data convencionada é o dia seis do mês de janeiro. Na ocasião, os componentes da folia usam trajes muito coloridos para apresentarem a história dos três Reis Magos. Segundo a tradição, cuja ocorrência é comum em todos os países católicos europeus e latino-americanos, é um dia de dar e receber presentes.

Souza (2011) coloca que, para alguns estudiosos, a Folia de Reis está relacionada ao relato da aparição dos personagens principais nas passagens bíblicas que abordam o nascimento de Jesus Cristo, registrado por Mateus e por Lucas. A aparição de tais personagens registrada no livro de Mateus relata magos vindos do Oriente, mas o texto bíblico não menciona quantos, nem seus nomes. O número dos magos foi

então relacionado à quantidade dos presentes oferecidos ao menino Jesus – ouro, mirra e incenso. As tradições ocidentais irão se calcar em três reis: Gaspar, Baltazar e Belchior.

A passagem desses textos para rituais compostos por músicas e drama que resulta na folia foi realizada pelos jesuítas¹ para a catequese.² No Brasil do século XVI, padres como Manoel da Nóbrega e José de Anchieta utilizavam esses rituais, ou seja, as folias, nas procissões e nos autos. Tais costumes foram empregados nas colônias portuguesas, principalmente após a consolidação destas. Os ritos utilizados nas catequese foram se disseminando entre os índios, colonos portugueses, negros e mestiços. Essa combinação de procissão seguida de folia é notória nas festividades tradicionais católicas, como Folia de Reis, Folia do Divino, Folia de São Sebastião, demonstrando a forte característica de devoção.

Para Chaves (2003), o sentido da Folia é imitar, fazer à semelhança do que fizeram os três Reis do Oriente, quando foram adorar o menino Jesus e quando voltaram anunciando o que viram. Ao imitar a jornada dos Reis, a Folia de Reis também deve sair em viagem, visitando as casas dos devotos, cantando lembrança do nascimento de Jesus. Com o passar do tempo foram sendo agregados outros valores e práticas às folias. Desta forma, elementos da religiosidade cultural tomaram lugar de destaque no ritual de folias, tendo sido incorporadas as práticas de visitas a locais sagrados a serem percorridos durante o trajeto da folia e o cumprimento, no período da realização da folia, de promessas, ou seja, o pagamento ou agradecimento a dádivas recebidas aos pedidos realizados tanto pelos participantes da folia, como dos moradores de casas visitadas por uma folia. Assim configurada, a Folia de Reis se estende para além da atualização do episódio do nascimento de Jesus, através do simbolismo da visita e se legitima como espaço de reafirmação de fé.

Analisada pelo contexto cultural evidencia-se que ao visitar casas de devotos, cumprir votos e promessas de pessoas, visitar locais tidos como sagrados, a folia produz, constrói e atualiza uma série de relações, pois ganham contornos bem delineados os laços sociais, relações de vizinhança e de parentesco entre os integrantes da folia. Desta forma, as casas, palco da cantoria, transformam-se em espaços ritualizados onde vão acontecer as trocas entre a folia e os devotos.

¹ Padres ou religiosos formados pela Companhia de Jesus. A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola. É mundialmente conhecida por seu trabalho missionário e educacional. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e na ocasião ergueram um colégio na cidade de Salvador, estado da Bahia. No ano de 1760, com um quantitativo de cerca de 670 membros divididos em missões que se estendiam por quase todo o país, os padres jesuítas foram expulsos do Brasil.

² A catequese é a parte principal do rito de iniciação cristã, em que a pessoa iniciada ouve o anúncio do Evangelho.

Ainda de acordo com Chaves (2003), o trajeto que a folia vai percorrer, em última instância, é decidido pelo folião, mas estas decisões envolvem a participação de outros integrantes, principalmente os mais velhos e os parentes próximos. O roteiro, em geral, é traçado durante a própria jornada e, em vários aspectos, depende das situações encontradas. O folião, ao sair com sua folia na estrada, não tem como saber de antemão quem irá recebê-la. Existem casas e locais certos para a folia visitar, como a casa de alguns devotos, principalmente parentes e amigos próximos, a casa dos integrantes da folia, o centro, mas o dia exato não se sabe; por outro lado, residências habitadas por adeptos de outras religiões, especialmente as evangélicas, não costumam receber a folia.

Ao chegar às casas que os recebem, a primeira a entrar é a bandeira, que fica hasteada; todos cantam então a canção de chegada. Em seguida acontecem as paradas para os almoços e jantares, oferecidos pelos donos das casas e que são agradecidos pelos foliões com modas de viola e danças como o cateretê e catira.

Os instrumentos utilizados normalmente são a viola caipira, o acordeão ou sanfona, a gaita, o reco-reco e a flauta. Liderados pelo mestre da folia, seguem reverenciando a bandeira, carregada pelo bandeireiro. A bandeira carrega o símbolo da folia. Decorada com figuras que levam ao menino Jesus, feita geralmente de tecido, é enfeitada com fitas e flores de plástico, tecido ou papel, sempre costuradas ou presas com alfinete, nunca amarradas com nós cegos, para, segundo a crença, não “amarrar” os foliões ou atrapalhar a caminhada.

O bastião ou palhaço, que usa roupas coloridas, máscara e carrega uma espada e é o responsável por abrir passagem para a Folia, também recita poesias e cita passagens da Bíblia. Os demais participantes se dividem de forma que cada um cante de uma maneira no coro de vozes, e isso traz um som muito agradável.

O mestre sempre inicia os cânticos, sendo esta a posição mais importante do bando, pois ele é o responsável pelo andamento dos cantos e pela colocação das vozes – é uma espécie de maestro, além de ser o que conhece a origem do grupo, o fundamento e a história da trajetória. Com versos improvisados de agradecimento pela acolhida, os demais, cada qual na sua voz e vez, repetem os versos acompanhados pelos seus instrumentos. Estes instrumentos são sempre enfeitados com fitas coloridas, cada cor representa um simbolismo – rosa, amarelo e azul – podendo representar Maria e a cor branca o Espírito Santo.

A casa que recebe os foliões tem o festeiro, que é o responsável pela preparação da festa da chegada da bandeira. Ao sair, os foliões então cantam a canção de despedida e agradecem os donativos, partindo para outra casa que os receberá. Em algumas folias o número de integrantes varia de 10 a 14 pessoas e equivale ao

número de apóstolos de Cristo e mais os soldados de Herodes que, segundo a Bíblia, foi o rei que mandou matar o menino Jesus. Todos integrantes do grupo cantam e/ou tocam instrumentos como sanfona, viola, violão, bandolim, cavaquinho, triângulo, pandeiro, bumbo, caixa, chocalho, entre outros.

Para alguns foliões e amantes da tradição, a folia é uma religião. Entre os componentes estão: Mestres – que conduzem a folia, cantam, falam os versos nas chegadas das casas; Contramestres que representam os reis magos – na busca pela estrela que os levará ao menino Jesus; Palhaço(s) – representam os soldados de Herodes disfarçados em farrapos e máscaras, que perseguiram os Reis Magos, a fim de informar o Rei Herodes onde estava o menino Jesus. Mas que ao encontrarem o menino, eles se arrependeram e se ajoelharam em adoração. Os palhaços acompanham a folia de longe, indo atrás, para não serem notados. Só depois se revelam e cantam versos. Os palhaços costumam duelar entre si, por meio de suas trovas e versos cantados, quando mais de uma folia se encontram. Na bênção da folia na igreja, os palhaços tiram suas máscaras em respeito, os que se recusam a tirar as máscaras têm que esperar os outros foliões do lado de fora. Finalmente os Foliões – pessoas que seguem o grupo como procissão.

A Folia de Reis é uma prática inserida no folclore brasileiro e, de acordo com Cavalcanti (2001), os estudos sobre folclore acompanharam a evolução geral dos paradigmas de conhecimento, tendo sido abolido nas ciências humanas e sociais o modelo interpretativo que dividia a cultura em duas camadas, ou seja, a camada entendida como cultura popular/folclore *versus* a camada entendida como cultura de elite. Tal orientação deriva da noção de cultura, que percebe a cultura não como comportamentos concretos, mas sim significados permanentemente atribuídos pelos homens ao mundo. Desta forma, conclui a referida autora que os limites entre as denominações cultura popular, cultura erudita e cultura de massa caracterizam-se pelos fatos e processos que atravessam essas fronteiras e que em realidade são veículos de relações humanas, de valores e visões de mundo.

Seguindo essa perspectiva analítica tomo para reflexão a festa folclórica denominada Folia de Reis e, entre os diversos grupos que praticam esse folguedo, destaco a Folia de Reis Os Três Reis Magos, criada há mais de cem anos na extinta cidade de São João Marcos (RJ) pelo Mestre José Martins, pai do atual mestre, Geraldo Martins, pois essa folia expressa uma manifestação identitária do grupo que a criou. Reunidos em encontros motivados pela fé ou de celebração, percebe-se no grupo de devotos e admiradores indivíduos que se reconhecem como detentores de uma mesma filiação identitária, sendo essa conferida pelo sentimento de pertença a

um passado comum, que os remete ao episódio da demolição e inundação da cidade que outrora seus antepassados habitaram.

SÃO JOÃO MARCOS: A ORIGEM DAS MEMÓRIAS

O decreto E-18/000.062/90 registra o tombamento provisório das ruínas do conjunto arquitetônico do centro urbano do extinto município de São João Marcos (RJ) em nível estadual ocorrido em 1990. Porém, a história do processo é anterior, pois houve, em 1939, outro tombamento no município anteriormente citado, sendo que esse incidiu sobre o conjunto arquitetônico e não sobre as ruínas deste. O processo de tombamento do ano de 1939 foi revogado em 1940 por conta da ampliação do espelho d'água da usina hidroelétrica de Lages, que iria alagar toda a cidade. A inundação ocorreu e a cidade, como consequência, foi transformada em ruínas, tombadas em nível estadual no ano de 1990. Atualmente parte da área geográfica anteriormente ocupada pelo então município de São João Marcos pertence ao terceiro distrito do município de Rio Claro, no Vale do Paraíba Fluminense.

A cidade de São João Marcos tem como marco de surgimento o ano de 1733, quando foi erguida uma pequena capela em homenagem ao santo que deu o nome ao local. A localidade atingiu o auge da prosperidade no século seguinte, com a expansão da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores cidades fluminenses do século XIX, com mais de 20000 habitantes. A opulenta São João Marcos, anteriormente conhecida como Vila de São João Marcos do Príncipe, era um dos principais núcleos produtivos do país, produzindo aproximadamente dois milhões de arrobas de café por ano e estava numa posição geográfica privilegiada, pois se localizava no centro da área produtora, na confluência de grandes rios, próximo à capital imperial e com ligação direta e calçada com o mar via Mangaratiba.

Devido ao sucesso econômico alcançado pelo município, foi ali construída a primeira estrada de rodagem do Brasil, em 1856, com 40 quilômetros de extensão, visando o escoamento do café das fazendas do Vale do Paraíba para o porto de Mangaratiba (RJ). Entretanto, em 1889, com a abolição da escravidão, a produção cafeeira fluminense entrou em declínio, tendo em vista a dificuldade encontrada pelos fazendeiros em suprir a necessidade de grandes contingentes humanos para trabalhar nas plantações; paralelamente, os agricultores do Oeste Paulista, com lavouras mais recentes e contando com lavradores assalariados, meeiros e imigrantes, assumiram a liderança do mercado rapidamente.

Com a decadência da cultura cafeeira e o desenvolvimento dos novos meios de transportes, São João Marcos foi perdendo importância e sua população ficou reduzida a pouco mais de sete mil pessoas no início do século XX. Nesse ínterim, a

cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, se desenvolvia aceleradamente. A população aumentava e a ordem era transformar a capital numa metrópole moderna e a questão que se colocava era onde conseguir as fontes dos recursos exigidos pelo progresso, como energia elétrica e água potável encanada, por exemplo.

A necessidade de suprir a demanda e colocar a cidade do Rio de Janeiro dentro dos padrões de modernidade exigidos para a época favoreceu a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company,³ a companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, que entendia como melhor opção para o abastecimento da demanda a criação de uma represa e uma hidrelétrica no Ribeirão das Lages. No entanto, a solução apresentava o inconveniente de a área necessária para a construção da represa e da hidrelétrica estar ocupada por 97 grandes fazendas. O local escolhido incidia justamente sobre as maiores propriedades da área rural de São João Marcos.

Economicamente enfraquecidos e sem o poder político de outrora, os fazendeiros de São João Marcos pouco puderam fazer contra a inundação de suas terras. Ofícios, atas, moções e comunicados da época retratam a situação dos moradores e mostram com riqueza de detalhes o conflito instalado entre o poder local e a empresa citada por ocasião do início da construção da Represa de Ribeirão das Lajes. Nesse panorama, uma parte da população foi deslocada para municípios vizinhos como Rio Claro, Mangaratiba, Itaguaí e Piraí. Outra parte, constituída por famílias pobres, que não tinham para onde ir, e famílias que não acreditavam na inundação, ficaram.

As terras adquiridas pela empresa foram alagadas, transformando a geografia local. Enormes áreas da zona rural do município submergiram e, nesse processo, formaram-se áreas alagadiças às margens da represa, nas quais jazia grande quantidade de restos orgânicos. A ausência de cuidados sanitários na retirada deste material propiciou a proliferação da malária, que alcançou níveis de epidemia, provocando a morte de um grande número de pessoas. Esse processo, que durou quase duas décadas, foi vivenciado pelos poucos habitantes que resistiram em deixar suas casas, no mais completo esquecimento no que se refere à intervenção do poder público local ou federal.

São João Marcos foi reduzida a ponto de, em 1938, ser extinta como município, tornando-se um distrito de Rio Claro. No ano seguinte, o núcleo urbano foi tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, classificado oficialmente como “raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial”, atendendo aos pedidos da população local. Contudo, a proteção fornecida pelo

³ A The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company foi a empresa que deu origem à atual Light Serviços de Eletricidade S.A, companhia essa que atualmente é responsável pelo fornecimento de energia elétrica para a cidade do Rio de Janeiro e para algumas cidades do interior do Estado, como Rio Claro.

tombamento teve curta duração, pois em 1940, o presidente Getúlio Vargas “destombou”⁴ o distrito a fim de ceder as terras para a ampliação da represa, sendo esse o primeiro caso de “destombamento” no Brasil. O decreto-lei n.º 2269 autorizou a desapropriação de terrenos, prédios e quaisquer benfeitorias que viessem a ser inundadas.

Pouco antes de ser demolido, o centro de São João Marcos tinha, além da Igreja Matriz, uma antiga capela, pertencente à Irmandade Nossa Senhora do Rosário e dedicada a São Benedito; dois cemitérios, o da Irmandade, e o da Caridade, para os pobres; dois clubes, o “Marquense”, de elite, com futebol e danças; e o “Prazer das Morenas”, mais popular; um teatro, o “Tibiricá”; um hospital e uma pensão, além da primeira estrada de rodagem do Brasil, aberta nos tempos áureos do café. Já não circulava mais o jornal local, *O município*, fechado em 1932. Somava-se à infraestrutura urbana uma alegre vida social marcada por festas religiosas do ciclo natalino, páscoa e pentecostes. As demolições começaram numa quinta-feira santa, data considerada sagrada pelos católicos, pois antecede o dia em que é relembrado o sacrifício de Jesus: a sexta-feira da Paixão. Naquele dia, dezenas de trabalhadores munidos de marretas e explosivos retiravam as últimas famílias e dinamitavam as casas. Os prédios próximos da represa foram demolidos por barcos rebocadores com cabos de aço.

Apesar de o conjunto arquitetônico ter sido demolido a fim de a área ser inundada, as águas do lago que se formou se nivelaram bem abaixo do nível da cidade. Logo surgiu o rumor de que os técnicos da empresa haviam errado os cálculos e que a demolição de São João Marcos tinha sido desnecessária, pois a água não cobriu a antiga cidade. A população começou a se revoltar e, diante da complexidade da situação, foi expedida a ordem de inundaço total, isto , que o nvel de gua subisse ao limite mximo e encobrisse todo o conjunto arquitetnico que ficara em runas para justificar sua demolio. Todo esse esforo quase custou a prpria represa, pois foi preciso fechar as comportas e fazer o nvel subir alm dos limites mximos de segurana da barragem. Assim, a gua apenas encobriu alguns centmetros das runas, o suficiente para “justificar” a expulso dos mais de 4000 moradores restantes. Desde ento, jamais a represa tornou a alcanar a cidade, nem nos perodos de chuva mais intensa.

Por muito tempo, So Joo Marcos esteve sob a condio de um local de pastagem, no qual ainda existiam alguns calamentos em meio ao matagal s margens da Rodovia RJ-149, entre os municpios de Rio Claro e Mangaratiba. Disputas pelas runas de So Joo Marcos promoveram a construo e a manuteno

⁴ Categoria nativa.

de uma série de sentidos associados à cultura local, cultura nacional e patrimônio público. Formou-se uma arena pública de disputa onde todos os agentes ativavam seus capitais simbólicos, econômicos, sociais e intelectuais para lutar pela definição do futuro das ruínas da Antiga São João Marcos. O resultado final foi a transformação das ruínas em patrimônio público estadual e a construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

Assim, no ano de 2008, o Instituto Light⁵ com patrocínio da Secretaria de Cultura, através da Lei de Incentivo à Cultura, e apoio do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do estado do Rio de Janeiro (INEPAC), Prefeitura de Rio Claro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto do Meio Ambiente (INEA), iniciou o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, primeiro Sítio Arqueológico Urbano do Brasil, projeto pioneiro de resgate da “cidade desaparecida”⁶ há quase 70 anos. O projeto contou com uma equipe multidisciplinar que reuniu arqueólogos, museólogos, historiadores, arquitetos e paisagistas. O marco inicial do trabalho foi a realização de uma intensa pesquisa histórica, iconográfica e ambiental, a coleta de depoimentos de antigos moradores e um trabalho cuidadoso de prospecção arqueológica. Este levantamento permitiu a construção de maquete, revelando a antiga cidade e a elaboração de projetos paisagísticos, museográficos, de sinalização, além da construção de um Centro de Memória e de um anfiteatro para 150 pessoas.

No ano de 2011 o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos foi inaugurado, contando com cerca de 930 mil metros quadrados, infraestrutura necessária para receber estudantes, turistas e visitantes que desejam conhecer a história da cidade, a arqueologia e a paisagem característica da região. O circuito mínimo de visita ocupa uma área de 33 mil metros quadrados, onde se localizava o centro populacional da antiga cidade. Durante as visitas, são distribuídas cartilhas explicativas e disponibilizados guias especializados para acompanhar os visitantes.

DISPERSÃO DOS MORADORES, PERMANÊNCIA DA FOLIA DE REIS

O processo de dispersão dos moradores de São João Marcos foi longo e complexo. Os primeiros locais a serem esvaziados foram aqueles que compunham a área rural de São João Marcos, visto que inicialmente a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company iniciou as obras de ampliação da represa junto àquela parte do

⁵ Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social é a interface da empresa com os consumidores e com a sociedade na discussão e busca de soluções para os problemas urbanos que interferem na prestação de serviços. Por meio de seus diversos campos de atuação, é um espaço de participação e colaboração, promovendo ainda a cultura e preservando a memória da empresa e do Rio de Janeiro (Cf. www.light.com.br).

⁶ Categoria nativa.

município. Nesse primeiro movimento de desocupação, fazendeiros ainda endividados viram na venda das fazendas a solução para seus negócios e o dinheiro recebido favoreceu recomeços em posições ainda confortáveis em municípios vizinhos; entretanto, os trabalhadores rurais não tiveram a mesma sorte e, devido às dificuldades de realocação em outros locais, muitos ficaram em suas antigas casas, sendo posteriormente atingidos pela malária e outras doenças resultantes da falta de cuidados higiênicos no momento da liberação das águas. Por ocasião da demolição e inundação do núcleo urbano, a parcela mais abastada da população que residia nesse espaço também já tinha se retirado, só permanecendo os mais pobres e aqueles que ainda duvidavam que também ali ocorreria a demolição e inundação. Dessa forma, a parte da população mais pobre foi a última a sair e pelas mesmas razões, não tendo ido para lugares mais distantes, permanecendo mais próximo de sua residência original.

Depoimentos colhidos durante entrevistas apontam para o fato de que os marcossenses⁷ emigraram para cidades vizinhas, outros para cidades mais distantes. Uma parcela da população ficou em Rio Claro, distribuindo-se entre os distritos de Passa-Três e Getulândia. Grande parte dos moradores de São João Marcos fixou residência na localidade denominada Macundu, antiga fazenda que, por ficar próxima a São João Marcos, acabou se tornando de fácil acesso para os que não podiam ir muito longe. A concentração de marcossenses neste local acabou identificando o mesmo como “a nova São João Marcos”.

Marcossenses fixados em outras localidades criticavam a ideia de que Macundu e a população que lá estava representassem uma nova São João Marcos. Essa crítica era oriunda daqueles que tiveram condições de reorganizar suas vidas em outros locais, por terem recebido indenizações da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company e também dos que adotaram a casa de parentes e demais estratégias de realocação. A desqualificação de Macundu era justificada pela percepção de uma São João Marcos como lugar de riqueza, poder e grandiosidade, que em categoria nativa define-se como “lugar onde só faltava ter ouro”. Desta forma, não admitiam uma comparação com “um lugar pequeno, sem muitos recursos, que possuía apenas um postinho de saúde para casos mais simples, não tinha clubes, teatro e igreja. Nem a igreja de São João Marcos existente no lugar...”

Por força do decreto n.º 2269, a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company estava obrigada a reconstruir com as mesmas características a Igreja Matriz. Para execução dessa obra constituiu-se uma comissão de antigos moradores

⁷ Gentílico dos que nasceram em São João Marcos.

de São João Marcos, tendo como presidente Ataúlfo de Paiva,⁸ cuja escolha foi justificada por ser o mesmo um “ilustre marcossense”, na ocasião Ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras. O resultado das negociações não foi favorável aos anseios pela construção da nova Igreja, pois a comissão concordou em desobrigar a empresa da reconstrução da matriz, em troca da doação de 600 mil cruzeiros. Essa ação foi pautada na revogação do decreto anterior e na instituição do decreto n.º 5739 de 11.03.43.

Paralelamente, o governo federal apresentou como solução para alocação das famílias carentes um projeto de reconstrução de São João Marcos em um lugar próximo, tendo sido avaliados diversos locais para esse fim. Getulândia, na época chamada Capelinha, foi um dos locais citados para a reconstrução de São João Marcos, porém, como era muito pequena para suportar tantas pessoas foi descartada. Outro local proposto foi Rubião, situado a 14 km de Mangaratiba e no ano de 1954 houve uma doação de nove hectares de terra, para assentar cerca de 40 famílias. Mas, por um processo de grilagem, essas famílias foram expulsas para outros locais até sobraarem apenas 10 famílias espalhadas pela região. Por fim, o projeto de reconstrução de São João Marcos foi abandonado.

Durante esse período os destinos de fixação de residências dos antigos moradores de São João Marcos foram bastante difusos, sendo comum ouvir a expressão: “tem gente de São João Marcos espalhado por todo Brasil”,⁹ contudo, logo após a demolição e inundação do centro urbano, no dia de São João Marcos que também é o dia do aniversário da Igreja Matriz, moradores do município extinto e naquele momento oriundos dos mais diversos pontos faziam romarias às ruínas que restaram da Igreja e que com o passar do tempo foram sendo tomadas pelo mato ou transformadas em pastos de gado. Jornais locais narram essa prática acrescentando que os moradores “sonhavam com o dia em que pudessem voltar definitivamente e reconstruir a cidade. Os que foram morrendo, deixaram essa paixão e esse sonho aos filhos e netos.” (*O Prelo*).¹⁰

⁸ Ataúlfo Nápoles de Paiva foi membro da Academia Brasileira de Letras. Formado em Direito exerceu o cargo de juiz municipal, juiz do Tribunal Civil e Criminal na cidade do Rio de Janeiro, desembargador e presidente do Tribunal de Apelação, ministro do Supremo Tribunal Federal, presidente do Conselho Nacional do Trabalho, entre outras funções públicas.

⁹ Essa afirmativa literal e outras de conteúdo semelhante foram recolhidas por mim durante trabalho de campo, em entrevistas concedidas por pessoas que moraram em São João Marcos ou familiares daqueles.

¹⁰ Jornal impresso de abrangência regional, mas que atualmente está fora de circulação. A edição de onde foi retirada a afirmação é de outubro de 1990, p.12, “Memória Histórica de São João Marcos”. Por se tratar de fotocópia do original, não consta na mesma o nome do autor; o texto original está sob guarda do Departamento de Pesquisa e Documentação do Instituto do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC/RJ), arquivado sob o assunto: “Ponte Bela e Ruínas de São João Marcos (Município de Rio Claro).

Mesmo sem um lugar definitivo para morar, as famílias reuniram para cantar a Folia de Reis. Desde o ano de 1942, as ocasiões da folia eram marcadas por uma grande festa de confraternização ao final de cada período de andança da folia, junto com toda a comunidade. Nessas ocasiões, mesmo aqueles que não residiam em Macundu e localidades mais próximas a São João Marcos iam até o local e cantavam juntos em torno da imagem de São Sebastião, patrono da folia e que veio do município. Cantavam ainda o hino de São João Marcos, tradição mantida até aos dias de hoje, executada sempre que realizam a folia.

A Folia de Reis Os Três Reis Magos do Oriente caracteriza-se pela estreita relação com a cidade São João Marcos, pois como afirmado em entrevista a mim concedida por uma funcionária da Casa de Cultura de Mangaratiba “Toda memória poética e cultural do grupo está ligada à cidade de São João Marcos”. A mesma entrevistada acrescentou:

[...] a tradição da Folia de Reis praticada em Rubião com certeza é muito peculiar, praticada pela camada mais pobre daquela população... por isso mesmo essa tradição veio para o Rubião. Já que para lá foram aqueles que não foram indenizados por não possuírem títulos de terra em São João Marcos... eles nunca obtiveram ajuda financeira de nenhum órgão público quer seja municipal, estadual ou federal. Sobrevivem com alguns instrumentos antigos e de pequenas verbas que obtiveram em apresentações. Eles aproveitam o dinheiro recebido nessas apresentações e reverterem no conserto e compra de materiais.

OS TRÊS REIS MAGOS DO ORIENTE: IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

As constantes visitas aos escombros da extinta cidade, assim como a manutenção de práticas culturais relacionadas ao calendário religioso, tais como a Folia de Reis e a festa em homenagem ao santo padroeiro, caracterizam o grupo durante o período em que se deslocaram até o definitivo assentamento ocorrido na década de 1980, conforme nos revelou um entrevistado:

Esses moradores sofreram muito se deslocando por vários lugares entre São João Marcos, Rio Claro e Mangaratiba... aqui, sempre em torno da Serra do Piloto... a terra prometida por Getúlio Vargas foi disputada pela ganância de antigos fazendeiros da região e a primeira igrejinha que construíram para seus

santos foi derrubada por grilagem da terra. Somente na década de 80 conseguiram se estabelecer na sua sonhada “Canaã”,¹¹ ou seja, no Rubião.

A fazenda Rubião, localizada no distrito de Serra do Piloto em Mangaratiba, recebeu 86 famílias com a promessa de que ali seria construída a “nova São João Marcos.” Esses moradores, antes assentados em distintos locais, como os já mencionados distritos de Rio Claro,

[...] trouxeram para o Rubião e para a Serra do Piloto, em procissão, os santos: São João Marcos (da igreja Matriz) Nossa Senhora da Aparecida, São Sebastião, o Senhor Morto e outros e várias tradições que foram se apagando com o tempo... Folia de Reis, cantoria de calango e caninha verde foram as manifestações que sobreviveram, assim como o hino a São João Marcos e fé em São Sebastião... a Folia de Reis sempre foi uma missão religiosa passada de pai para filho... (Trecho retirado de entrevista)

Entretanto, nem todos os moradores impactados pelo episódio da demolição e inundação do conjunto arquitetônico de São João Marcos, se dirigiram para a Fazenda Rubião. As decisões de ir ou não foram pautadas por interesses particulares, que muitas vezes residiram no fato de muitos já terem se estabelecido nos locais em que estavam e, não desejando empreender outra mudança, optaram por permanecer. Desta forma, observamos a partir desse redirecionamento dos antigos moradores de São João Marcos que no que tange a prática da Folia de Reis, houve a formação de grupos distintos, mas de origem comum por serem ambos formados por moradores do extinto município e seus descendentes.

O conteúdo das entrevistas realizadas por ocasião do trabalho de campo que resultou na tese de doutoramento coloca em evidência que os marcossenses referem-se com extremo pesar ao episódio da demolição e inundação de São João Marcos, pois falam da cidade demonstrando uma dor “que parece que foi ontem a destruição”. Paralelamente, a Folia de Reis Os Três Reis Magos do Oriente é sempre mencionada como símbolo de união e fonte de alegria diante do sofrimento imposto pelo referido episódio.

¹¹ Segundo a Bíblia, Canaã era a terra prometida por Deus ao seu povo, desde o chamado de Abraão que habitava a cidade Caldéia de Ur, no Sul da Mesopotâmia. De acordo com a tradição, Deus chamou Abraão e lhe ordenou que fosse para a terra chamada Canaã, o que teria motivado o longo êxodo dos hebreus, que teria durado muitas décadas, até que os descendentes de Abraão a alcançaram. Canaã passou então a ser por eles denominada terra de Israel. Como categoria nativa guarda o sentido semelhante, ou seja, o de um lugar reservado por Deus para aqueles que outrora habitaram São João Marcos.

Como já mencionado, a folia Os Três Reis Magos do Oriente foi criada há mais de cem anos na cidade de São João Marcos. Guardando a particularidade da identidade comum oriunda de antigos moradores de São João Marcos, a folia em tela considera-se ainda mais especial, porque já houve formação em que os integrantes tinham os nomes dos próprios reis magos.¹² O atual Mestre da folia, Geraldo, aprendeu o ofício acompanhando seu pai e tendo se casado com a filha de um dos mestres da referida folia, passou a acompanhar o sogro nas jornadas. Depois da morte do sogro, assumiu o grupo e vai mantendo a tradição, passando-a para seus filhos e netos. Mestre Geraldo não tem ideia precisa acerca do início da tradição, mas sabe que seus pais, avós e bisavós que moravam em São João Marcos também participaram do grupo. A folia tem atualmente treze membros (os doze apóstolos e o palhaço que representa Herodes). Três filhos e um sobrinho do Senhor Geraldo participam da folia e os demais integrantes são amigos e descendentes de marcossenses.

Para eles a folia é sagrada, e apesar de não mais a processarem como uma missão em caminhadas durante o período que antecede o Natal até o dia de reis, o grupo se encontra para cantar a folia em reuniões familiares e para fazerem pequenas apresentações. Uma vez por mês, os foliões se reúnem no alto do Rubião e fazem cantoria noite adentro; assim vão ensaiando, mas especialmente promovendo a manutenção da tradição. Atualmente, o grupo não tem mais realizado as caminhadas de casa em casa, pois devido a um aborrecimento com a Casa de Cultura de Mangaratiba, ocorrido nos anos de 1990, ficaram 15 anos sem cantar. Esse fato enfraqueceu os laços de comunidade, até porque muitos dos integrantes passaram a frequentar igrejas evangélicas.¹³ Quando retornaram a cantar conseguiram agregar muitos descendentes de moradores de São João Marcos, pois Mestre Geraldo, que é muito respeitado na comunidade, evocou a força identitária e religiosa que os unia.

Os indivíduos possuem uma identidade composta de muitas afiliações e pertencas. A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo. Ou seja, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre o 'nós' e os 'outros'.

A religião desempenhou importante papel no processo de formação da Folia de Reis Os Três Reis Magos do Oriente, assim como de outras, pois elas nascem desse sistema; entretanto, como as identidades são diferenciações em curso e constroem-se nos processos interativos que os indivíduos experimentam na sua realidade

¹² Melchior e Gaspar ainda estão vivos e ativos na folia, mas Baltazar já faleceu.

¹³ No Brasil, a denominação "Igrejas Evangélicas" designa as religiões que se originaram com base na interpretação religiosa que orientaram a cisão no âmbito da Igreja Católica a partir do movimento da Reforma Protestante ocorrida na Europa.

quotidiana, feita de trocas reais e simbólicas, a folia em tela construiu sua identidade através de referenciais da memória e do patrimônio cultural pertencentes ao passado.

A FOLIA DE REIS E O TOMBAMENTO DAS RUÍNAS DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO CENTRO URBANO DE SÃO JOÃO MARCOS

Utilizando o material coletado no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC e dados relativos a pesquisas realizadas em jornais e revistas datadas do final da década de 1980 e da década de 1990, buscarei descrever o processo de tombamento conferido pelo Instituto as ruínas de São João Marcos. O protocolo n.º 86/84 datado de vinte e cinco de fevereiro de 1984 e que descreve a solicitação de tombamento dos monumentos históricos de São João Marcos é o documento inicial do processo que resultou no tombamento estadual das Ruínas da antiga cidade de São João Marcos. Nessa solicitação, encaminhada ao então Diretor do Departamento de Cultura, Senhor Ítalo Campofiorito do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural, os antropólogos Maria Célia de Abreu e José Carlos de Jesus de Abreu expõem como argumentação a referida solicitação, os resultados de pesquisas realizadas na região compreendida pelos municípios de Rio Claro e Mangaratiba, localizadas no Sul do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa em questão foi um estudo socioantropológico financiado pela Fundação Ford no ano de 1979, com o objetivo de verificar as alterações sofridas em uma área rural de Mangaratiba e parte do município de Rio Claro. Os antropólogos mencionados se preocuparam em observar a estrutura familiar local, os valores culturais tradicionais, como resultado dos processos de modernização decorrente de um programa nacional de desenvolvimento econômico. De acordo com o documento em análise, em Mangaratiba o fator desencadeador de uma série de mudanças socioculturais foi a implantação da Rodovia Rio-Santos no início da década de setenta, produzindo a chegada de um grande número de trabalhadores itinerantes “desenraizados de suas matrizes culturais”.

Naquela ocasião, ainda de acordo com o documento mencionado, a antropóloga Maria Célia de Abreu iniciou um levantamento da “cultura popular local” e teve seu interesse despertado pela “situação particular” da região, isto é, a desapropriação de casas e terras para a construção do complexo hidrelétrico de Ribeirão das Lajes, na década de 1940. Os referidos antropólogos registram no documento de solicitação que da “destruição de São João Marcos restou apenas a população nativa dispersa, um expressivo folclore e as ruínas que se mantêm até hoje...”. Os solicitantes enfatizam que:

Mais uma vez estes vestígios correm o risco de serem destruídos, seja pela ação do tempo, visto que o município de Rio Claro, de onde São João Marcos é hoje o terceiro distrito, não tem condições de preservar estes monumentos. Além destes perigos, há um outro que poderá representar mais um golpe e talvez definitivo na tentativa de se preservar estes bens culturais: Sabe-se que a empresa de energia elétrica tem planos de transferir o conjunto formado pela Ponte Bela para um museu da Light noutro local, extinguindo assim qualquer vestígio de que ali existiu outrora uma próspera cidade.

O documento enfatiza que:

os monumentos de São João Marcos para os quais solicitamos o tombamento possuem, além disto, uma grande importância para projetos que tenham por preocupação a fixação a população, a revitalização da atividade econômica tradicional, a preservação do meio ambiente e da cultura popular na forma como ali se apresenta.

O documento do ano de 1984 informa em sua solicitação que os pesquisadores tiveram contato com a história dos ex-moradores através da elaboração do levantamento de dados sobre a cultura popular local, que possuía em Mangaratiba expressiva manifestação folclórica produzida pelos referidos antigos moradores de São João Marcos. O interesse pela história local aumentou por parte dos pesquisadores, que passaram então a analisar a

[...] desapropriação desta cidade e das terras deste próspero município e do desalojamento da maioria de seus habitantes para a construção de um complexo hidroelétrico, a Represa de Ribeirão das Lajes na década de 40. Estas pessoas, forçadas a deixar sua região de origem; as suas terras e suas casas, se instalaram nas proximidades de São João Marcos a maioria delas agora, sob a condição de colonos ou caseiros de sítios ou fazendas cuja propriedade não lhes pertence. Outras seguem para áreas mais distantes com suas famílias, apesar de persistir nelas o desejo de retornar ao meio de origem.

A solicitação de tombamento ora em estudo acrescenta ainda que o decreto emitido em 1940, no qual consta a determinação do aumento da barragem de Ribeirão das Lajes, obrigava a Light a reconstruir a Igreja Matriz em outro local; entretanto, valendo-se de outro decreto, a empresa não cumpriu a determinação anterior e o fato

para a população local é “uma dívida, até hoje, para com a população nativa de São João Marcos e para com a memória da cultura nacional”. Para os pesquisadores, “Da destruição de São João Marcos restou apenas a população nativa dispersa, um expressivo folclore e as ruínas que se mantêm até hoje, mais de 200 anos após seu surgimento como Vila de São João do Príncipe.”

O documento de solicitação de tombamento encaminhado ao INEPAC e que contribuiu, para o tombamento provisório “nos termos do inciso II do artigo 5.º do Decreto n.º 5808 de 13.07.82, da Ponte Bela e Ruínas de São João Marcos, no 3.º Distrito do município de Rio Claro, de acordo com o processo n.º E-18/000.062.90”, chamou ainda a atenção para o fato de que o tombamento seria de grande importância para a viabilização de projetos que:

tenham por preocupação a fixação da população, a revitalização da atividade econômica tradicional, a preservação do meio ambiente e da cultura popular na forma como ali se apresenta... a sua preservação deverá simbolizar a existência da extinta cidade e, garantir assim a presença da população nativa ali, antes que seja empurrada para as periferias das grandes cidades (favelas). O afastamento das pessoas de seu meio extinguiria a oportunidade que elas possuem de reproduzir suas canções, seus folguedos e seu artesanato, enfim uma expressão cultural típica do campo que deve, isto sim, ser incentivada.

O documento é finalizado com o seguinte argumento:

[...] solicitamos o tombamento destas edificações visando a sua preservação antes que sejam definitivamente extirpados deste chão. A sua preservação deverá simbolizar a existência da extinta cidade e, garantir assim a presença da população nativa ali...

O ofício de n.º 548 datado de 26 de dezembro de 1989 do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro procede ao trâmite inerente à solicitação impetrada em 1984 por Maria Célia e José de Abreu. O ofício em questão acata a solicitação e recomenda tombamento provisório da Ponte Bela e das Ruínas de São João Marcos, sob a argumentação de que a solicitação é uma reivindicação dos moradores da região e possui como finalidade a proteção dos restos da antiga cidade. O documento esclarece ainda que a solicitação de tombamento já havia sido encaminhada ao Instituto no ano de 1984 por dois pesquisadores que acrescentaram

ao pedido que os “os monumentos tombados possuem um forte significado para os antigos moradores, que jamais deixam de visitar o local...”

O tombamento provisório em nível estadual de São João Marcos ocorreu no ano de 1990 e incidiu sobre os resquícios arquitetônicos do conjunto arquitetônico urbano do antigo município e também sobre a Ponte Bela, que foi construída pelos Breves junto com a Estrada Imperial, primeira rodovia do país, nos tempos do café, ligando São João Marcos ao porto de Mangaratiba. O tombamento das ruínas de São João Marcos é percebido como um “avanço” em termos de percepção das alterações na concepção de patrimônio. Maria Regina Pontin de Mattos – Arquiteta e Diretora-geral do Instituto chama a atenção para o “ineditismo do INEPAC quando, em 1990, resolveu tombar a Ponte Bela e as ruínas do Centro Histórico de São João Marcos...”. Já Sérgio Linhares mencionou em entrevista que o INEPAC “está sempre se antecipando e protegendo ainda que provisoriamente bens que ainda não são reconhecidos como tal”.

O tombamento estadual em caráter provisório incidiu sobre a Ponte Bela e ruínas do centro histórico de São João Marcos. Registrada sob o número do Processo E-18/000.062/90, o tombamento estadual provisório data de 16.02.1990. A Ponte Bela está localizada junto da represa de Ribeirão das Lajes, na antiga Estrada Imperial, que ligava São João Marcos ao porto de Mangaratiba, a cerca de 27 km do centro de Rio Claro, 3.º distrito. Já as ruínas de São João Marcos, estão situadas em um vale na confluência dos antigos rios Araras e Panelas, estendendo-se da estrada RJ-149 até à Represa de Ribeirão das Lajes, 3.º distrito. A área onde estão localizadas as ruínas do centro histórico de São João Marcos e a Ponte Bela é de propriedade da Light Serviços de Eletricidade do Rio de Janeiro e conta também com a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A análise do pedido de tombamento das ruínas remanescentes relativas ao conjunto arquitetônico do núcleo urbano de São João Marcos deixa em evidência o argumento de preservação das ruínas, devido a serem as mesmas a materialização da memória de um grupo social. Daí a urgência em resguardar tal materialidade, já percebida por eles como um patrimônio, mas necessitando ser legitimada para fins de proteção. Nesse caso, como ocorre na maioria dos casos de tombamentos, quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo, uma elite, tal qual ocorreu com as ruínas citadas. Entretanto, observadas com o referencial teórico trazido por Gonçalves (2005), as ruínas enquanto materialidade que expressa um bem cultural ganhou respaldo e reconhecimento, isto é, ressonância através da prática da Folia de Reis, tal como chama atenção o autor anteriormente citado, “[...] não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas

modalidades de autoconsciência individual ou coletiva [...] Em outras palavras, não há subjetividade sem alguma forma de patrimônio [...]"

Dessa forma, a prática da Folia de Reis exercida pelo grupo Os Três Reis Magos do Oriente revela que o que é considerado por eles como patrimônio expressa a identidade histórica e as vivências deste grupo; contudo, a legitimação do mesmo para fins de tombamento guarda estreita relação com um contexto social e cultural mais amplo, que no caso em tela pode ser relacionado com a Constituição de 1988, pois os tombamentos vinham sendo tentados sem sucesso desde 1966, quando o pedido foi encaminhado à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Assim, somente com a Constituição de 1988 estabeleceu-se a possibilidade de concretização desse tombamento, devido ao inciso LXXIII do artigo 5º, que coloca:

qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Desta forma, a companhia responsável pelas ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos, a Light Serviços de Eletricidade S.A., poderia tornar-se alvo de reprimendas legais, se comprovado fosse o descaso para com as ruínas.

A FOLIA DE REIS E A REAFIRMAÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE

O trabalho dos arqueólogos e museólogos transformou resquícios materiais de um conjunto arquitetônico impactado pela demolição e inundação em um sítio arqueológico. Técnicas de prospecção, documentação e complexos processos de escavação e mediaram a transformação das ruínas em sítio arqueológico aberto a exibição pública. Arqueólogos e museólogos, fundados em seu poder de classificar, constituíram o corpo de especialistas e técnicos que atuou no sentido de legitimar e apresentar o patrimônio ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos como bem cultural passível de ser apresentado ao público. A apresentação de um patrimônio é sempre acompanhada por um discurso e este faz parte do processo de musealização de espaços, sendo no caso do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos entendido como e denominado "Educação patrimonial".

Cartilhas distribuídas, seminários apresentados, entrevistas concedidas, livros publicados e todo o processo de visitação ao Parque são apresentados acompanhados de uma mensagem, cujo conteúdo pode ser assim resumido:

A saga de São João Marcos expressa o dilema de nossa civilização, resultante da demanda de progresso e busca de riqueza material, por um lado, em detrimento da perda de um patrimônio cultural e ambiental, por outro. Este dilema crescente foi acentuado a partir das revoluções industrial e tecnológica dos séculos XIX e XX, em sua sede insaciável por mais e mais energia. A visão contemporânea é a de que, situações como essa podem ser sempre contornadas. Teria sido o caso de São João Marcos, onde exigências de construção e operação dos reservatórios de Lajes acabaram por deixar o sítio urbano, hoje reduzido a ruínas, permanentemente à mostra. Demolida a Cidade e abandonado o local durante quase 70 anos, largada aos sedimentos que escorrem dos morros vizinhos e à mata que o reocupa a região fizeram com que São João Marcos fosse quase esquecida. A Light tomou a histórica decisão de reverter este processo de esquecimento e recuperar a memória de São João Marcos. Resultado desta decisão é a implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. (Serra, 2011; p:158)

A reversão do processo de esquecimento e recuperação da memória de São João Marcos foi organizada a partir da seleção de aspectos da memória coletiva local e seu conteúdo expresso através da “educação patrimonial”, enfatizando traços que contribuem para a reativação de uma identidade cultural do antigo marcossense apoiada no caráter festivo do povo de São João Marcos e no período do apogeu econômico vivenciado por aquela sociedade. Segue-se a ênfase nesses aspectos culturais locais, o “imperativo do progresso” que “obrigou” a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company S.A. a inundar o centro urbano de São João Marcos e, por último, a ideia de que o Parque é um recomeço dotado da “missão” de “educar para que fato semelhante não volte a ocorrer”. Essa é a mensagem comunicada no processo de educação patrimonial do Parque e também o discurso que envolve o “presente da Light para a população daquela região”.

Cartilhas distribuídas, seminários apresentados, entrevistas concedidas, livros publicados e todo o processo de visita ao Parque são apresentados intermediados por uma mensagem, cujo conteúdo pode ser assim resumido: São João Marcos era uma próspera cidade que precisou ser demolida visando a ampliação da Represa de Ribeirão das Lajes. Embora isso tenha sido necessário, a Light Serviços de Eletricidade S.A., preocupada em manter o patrimônio cultural daquele grupo e enaltecer a memória local, tomou a decisão de implantar o Parque, objetivando demonstrar que tais fatos não devem ocorrer, pois a história, a cultura e a memória

devem ser preservadas. Esse conteúdo está atrelado a um programa educativo que se manifesta, como já afirmado, através de visitas guiadas ministradas a alunos da rede pública de educação do município e regiões vizinhas.

Visitas guiadas inserem-se dentro da esfera do mercado de turismo com a denominação de “turismo pedagógico ou educacional”, segmento cuja característica primordial são as viagens de estudo ao meio. O turismo pedagógico ou educacional tem sido percebido como uma ferramenta de auxílio para a construção da percepção da realidade por parte dos alunos, uma vez que lhes permite entrar em contato com a realidade concreta, contando inclusive com o auxílio de monitores capacitados para exemplificar a teoria na prática. A elaboração de roteiros turísticos arqueológicos específicos, visando a um público interessado, e o apoio oficial das instituições envolvidas seria uma medida segura de conservação, com um retorno positivo de autossustentabilidade. Paralelamente, esse tipo de atividade envolve uma decisão política, pois o conteúdo selecionado para ser transmitido será construído a partir de interesses que podem ou não ser fruto de processos de negociação entre os atores envolvidos.

A reversão do conflito,¹⁴ minimização da disputa e ressignificação da memória de São João Marcos foi organizada a partir da seleção de aspectos da memória coletiva local e seu conteúdo expresso através da “educação patrimonial”, enfatizando traços que contribuem para a reativação de uma identidade cultural do antigo marcossense apoiada no caráter festivo do povo de São João Marcos e no período do apogeu econômico vivenciado por aquela sociedade. Segue-se a ênfase nesses aspectos culturais locais, o “imperativo do progresso” que “obrigou” a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company S.A. a inundar o centro urbano de São João Marcos e por último, a ideia de que o Parque é um recomeço dotado da “missão” de “educar para que fato semelhante não volte a ocorrer”. Essa é a mensagem comunicada no processo de educação patrimonial do Parque e também o discurso que envolve o “presente da Light para a população daquela região”.

O Programa de Educação Regional do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos revela, através de sua proposta de educação patrimonial, que determinado conteúdo foi escolhido para ser apresentado e divulgado para os visitantes. Entre esses, é possível perceber uma atenção especial a determinado público: as crianças. O conteúdo em questão é fruto de um episódio real, mas cujas versões estão entrelaçadas a posições ocupadas pelos envolvidos no mesmo. Neste sentido, temos uma tensão entre memória e história.

¹⁴ Ver Oliveira (2012).

Halbwachs (1990) considerava que a história entra em cena para “salvar” a memória quando ela está em decomposição. Conforme as lembranças fossem deixando de existir – no processo de dissolução dos grupos, dos “quadros”, que as sustentavam – a história incorporaria essas reminiscências no âmbito específico de seu discurso. Sendo assim: A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (*ibidem*; 80). No entanto, para Halbwachs, a história tentar reproduzir a memória é inútil, pois a vivacidade da memória, em seu contexto social, já se perdeu. Outro ponto importante é que esse autor, ao ver a conversão da memória em história, situa esse processo em termos de “reprodução”, de “compilação”, ou seja, as lembranças seriam incorporadas à história sem trabalho crítico desmistificador, apenas numa outra forma de organização e transmissão.

Já Pierre Nora (1993) mostrou como a distância radical entre memória e história foi favorecida pela sociedade contemporânea. Memória seria vida em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, passível de dormir por longos períodos e ser periodicamente revivida. História seria a reconstrução, problemática e incompleta do que não é mais. Memória seria um fenômeno sempre atual; história, uma representação do passado. A memória é mágica e afetiva; a história, analítica e crítica. A memória se funda no concreto, nos gestos, no espaço, em imagens e objetos; a história, em continuidades temporais, na progressão e na relação entre as coisas. A memória é absoluta enquanto a história pode conceber apenas o relativo. Nesse ponto, Nora retoma parte do trabalho de Halbwachs e demonstra a forte oposição entre memória e história. A história teria um criticismo destruidor da memória, que, por isso, transformaria as lembranças em objeto do conhecimento histórico, distanciando-se da ideia de “compilação”, de Halbwachs.

A proposta do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos nos permite analisá-lo como um lugar de memória. O papel reservado aos lugares de memória, pontos de referência de um trabalho do enquadramento, faz parte de um processo sofisticado de seleção para perpetuação dos ícones, índices, símbolos, rastros culturais ou históricos dos grupos sociais significados. Assim sendo, o conteúdo informacional divulgado pelo Parque reafirma uma identidade, a do marcosenses “animado e festivo”. De fato, a Folia de Reis produziu e reafirmou a identidade cultural

deste grupo; enquanto festa, mesmo que religiosa conferiu ao grupo um traços que foram percebidos pelos “outros” como “festivo”, embora tenha sido experienciado pelos membros da Folia de Reis Os Três Reis Magos do Oriente e por aqueles que se identificavam com o passado de São João Marcos, como afirmado pelo filho de um morador da extinta cidade “é mais uma resistência diante de tudo que aconteceu... acho que é uma forma de se manterem vivos, não somente pela fé, mas como gente...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo cultural que envolve o episódio da demolição e inundação da cidade de São João Marcos apresenta tipos de interação que revelam como elementos de uma rede foram se mesclando, se modificando, se complexificando, estabelecendo novas conexões que conduziram a novos arranjos sociais. A prática da Folia de Reis foi um elemento fundamental neste processo, pois esse folguedo sustentou, através da construção e reafirmação de uma identidade, processos de patrimonialização (das ruínas) e a manutenção de uma memória, agora transmitida pelo Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

O vetor cultural do processo memória-patrimônio-identidade foi iniciado com a manutenção de festas tradicionais de cunho religioso, em especial a Folia de Reis, que no grupo em estudo, alcançou culminância coletiva da ativa religiosidade popular. A Folia de Reis Os Três Reis Magos do Oriente favoreceu a integração do grupo e, de certo modo, a contenção dos “de fora”. O sentido inicial da referida folia alterou-se, pois deixou de ser somente religiosa, para tornar-se lugar de memória, de construção e atualização de um passado que agora já não pertence apenas ao grupo, embora delimite a identidade deste mesmo grupo.

MARIA AMÁLIA OLIVEIRA

Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde desenvolve pesquisas sobre os temas Turismo, Patrimônio, Memória e Cultura.

Contato: m_amali@hotmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cavalcanti, Maria Laura (2001), “Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica”, *Revista Tempo Brasileiro*, 147, 69-78.
- Chaves, Wagner Neves Diniz (2003), *Na Jornada de Santo Reis: uma etnografia da Folia de Reis do mestre Tachico*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.
- Gonçalves, José Reginaldo (2005), “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio”, *Revista Horizontes Antropológicos*, 23, 15-36.
- Halbwachs, Michael (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Nora, Pierre (1993), “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”, *Revista do PPG-Hist/Depto. História/PUCSP*, 10, 7-28.
- Oliveira, Maria Amália Silva Alves de (2012), *Memória, patrimônio e turismo – A biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos (RJ)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ)
- Serra, Mozart Vitor Serra (org). *São João Marcos: patrimônio e progresso*. Rio de Janeiro: Cidade Viva: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.
- Souza, Luiz Gustavo Mendel (2011), “Folia de Reis. Comunidades responsáveis por uma nova organização social”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*.